ISSN: 2358-8829

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO (EM TEMPO) INTEGRAL: O LUGAR DOS LETRAMENTOS PLURAIS NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Denise Nascimento de Araújo [1]
Obdália Santana Ferraz Silva Santos [2]

INTRODUÇÃO

A educação pública constitui o contexto desta pesquisa, que tem como foco a ampliação do tempo escolar e das oportunidades educativas no município de Salvador. A discussão parte do reconhecimento de que a escola é atravessada por aprendizagens construídas no cotidiano, em espaços formais e não formais, e por uma pluralidade de práticas de letramento relacionadas às formas de ler, escrever, comunicar, produzir conhecimentos e participar da vida social. Apesar dessa diversidade, a organização escolar ainda pode permanecer subordinada à fragmentação do conhecimento, à prescrição de conteúdos e a estruturas hierárquicas que regulam o currículo e as práticas docentes.

A ampliação da jornada escolar, portanto, não deve ser compreendida somente como aumento quantitativo do tempo de permanência na escola. Trata-se de indagar que experiências são oferecidas, quais conhecimentos são legitimados, como os saberes dos estudantes e de suas comunidades são considerados e de que maneira a organização curricular pode favorecer a formação integral. O desafio consiste em construir um tempo pedagógico qualitativamente distinto, que acolha as infâncias e juventudes, reconheça as diferenças e promova experiências educativas significativas, sem reproduzir as desigualdades que historicamente marcam a educação brasileira.

A história da ampliação do tempo escolar no Brasil evidencia que grupos sociais privilegiados tiveram acesso, por diferentes vias, a oportunidades educativas diversificadas, enquanto a escola destinada às classes populares foi frequentemente organizada em jornadas reduzidas e orientada por uma formação considerada mínima.

[1] Doutoranda em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia - BA, dnaraujo003@gmail.com;
[2] Pós-doutorado em Língua e Cultura (PPGLinC), pelo Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) com bolsa PNPD-CAPES (Edital 02/2019). Doutorado em Educação, pela Universidade Federal da Bahia (2012), osilva@uneb.br.

ISSN: 2358-8829

Essa desigualdade histórica exige problematizar a relação entre tempo, currículo e direito à educação. A extensão da jornada pode ampliar oportunidades de aprendizagem, mas não garante, isoladamente, uma proposta educativa comprometida com o desenvolvimento multidimensional dos sujeitos.

A noção de letramentos plurais contribui para esse debate. Street (2007) compreende os letramentos a partir de um modelo ideológico que reconhece a multiplicidade das práticas e sua relação com contextos culturais específicos, relações de poder e ideologias. Nessa perspectiva, leitura e escrita não são tecnologias neutras ou habilidades isoladas, mas práticas sociais cujos sentidos são construídos nas experiências e nas relações entre os sujeitos. Essa compreensão permite interrogar quais práticas de linguagem e de produção de conhecimento são reconhecidas no currículo escolar e quais permanecem invisibilizadas.

A pesquisa em andamento, intitulada “POLÍTICA DE EDUCAÇÃO (EM TEMPO) INTEGRAL: O LUGAR DOS LETRAMENTOS PLURAIS NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL” orienta-se pela seguinte questão: Como a política municipal de Educação Integral em Tempo Integral para o Ensino Fundamental, em Salvador, é materializada de modo a constituir uma organização curricular orientada por letramentos plurais? O objetivo geral é compreender a materialização dessa política, considerando as relações entre os documentos orientadores, as interpretações dos atores sociais e as práticas desenvolvidas no cotidiano escolar.

O estudo considera que a política não se realiza de forma linear: seus textos são interpretados, negociados e recriados pelos sujeitos que atuam nas escolas e nos órgãos gestores. Por isso, a investigação busca aproximar a análise dos documentos da política das experiências concretas dos profissionais e das práticas pedagógicas. Este artigo apresenta o problema, os fundamentos teóricos e metodológicos e as questões emergentes da produção de informações em campo, sem antecipar resultados conclusivos, uma vez que a pesquisa permanece em desenvolvimento.

EDUCAÇÃO INTEGRAL, TEMPO ESCOLAR E CURRÍCULO

A educação integral remete à formação humana em suas dimensões física, afetiva, emocional, cognitiva, ética, estética e social. Entretanto, educação integral e escola de tempo integral não são expressões equivalentes. A primeira diz respeito a uma concepção de formação; a segunda refere-se à organização temporal da oferta escolar. Embora

ISSN: 2358-8829

possam estar articuladas, a ampliação da jornada não determina, por si só, a realização de uma educação integral. É necessário analisar a qualidade das experiências e as concepções de sujeito, conhecimento e sociedade que orientam o projeto pedagógico.

A discussão sobre as políticas de ampliação da jornada escolar mostra que a terminologia utilizada nem sempre corresponde a concepções claramente delimitadas. Freitas (2023), ao analisar a produção acadêmica sobre as Políticas de Ampliação da Jornada Escolar, assinala a recorrência de expressões como Educação Integral, Escola de Tempo Integral, Jornada Escolar Ampliada e Educação Integral em Tempo Integral. A autora chama atenção para o risco de reduzir a educação integral à ampliação do tempo ou à implantação de escolas de jornada estendida, sem explicitar os propósitos formativos que sustentam essas iniciativas.

A ampliação do tempo precisa, assim, estar articulada a um projeto curricular consistente, capaz de promover aprendizagens significativas, equidade e desenvolvimento integral. Giolo (2012) chama atenção para as limitações impostas pela jornada parcial às oportunidades de estudo, pesquisa, leitura e apropriação dos conhecimentos. O tempo ampliado pode criar condições para experiências mais diversas, mas seus efeitos dependem da forma como é organizado e vivido pelos estudantes e profissionais.

No pensamento de Anísio Teixeira, a educação constitui um direito e uma condição para a democratização da sociedade. Sua experiência com a Escola Parque, na Bahia, permanece como referência histórica para pensar uma formação que ultrapasse a transmissão restrita de conteúdos. A defesa da escola pública, democrática e de qualidade implica considerar que o acesso precisa estar acompanhado de condições efetivas para aprender e participar da vida social. Nessa direção, a ampliação da jornada deve ser examinada em relação à democratização do currículo e à distribuição das oportunidades educativas.

Paulo Freire contribui para essa reflexão por meio da noção de práxis, entendida como articulação entre reflexão crítica e ação transformadora. A educação, nessa perspectiva, não se limita à transmissão de conhecimentos: envolve a leitura do mundo, o diálogo e a possibilidade de os sujeitos intervirem na realidade. Uma política de educação integral comprometida com a emancipação precisa reconhecer os estudantes como sujeitos históricos e produtores de cultura, valorizando suas experiências e criando condições para a construção de novos conhecimentos.

ISSN: 2358-8829

O currículo, por sua vez, não é neutro nem se restringe a um documento formal. Ele seleciona conhecimentos, organiza tempos e espaços, estabelece prioridades e participa da definição dos sujeitos e das formas de participação reconhecidas pela escola. Assim, investigar a organização curricular da Educação Integral em Tempo Integral significa observar como as orientações institucionais são interpretadas no cotidiano, quais saberes são privilegiados e de que modo as práticas escolares dialogam com as experiências culturais e sociais dos estudantes.

LETRAMENTOS PLURAIS E PRÁTICAS SOCIAIS

A perspectiva dos letramentos sociais permite compreender leitura e escrita para além de habilidades técnicas ou de aprendizagens descontextualizadas. Para Street (2007), os letramentos assumem significados em contextos culturais específicos e estão associados a relações de poder e ideologia. As práticas de letramento envolvem valores, identidades, propósitos e modos de participação social; por isso, não podem ser consideradas neutras ou universais.

Essa concepção amplia as perguntas dirigidas ao currículo. Não basta verificar se a leitura e a escrita estão presentes nas atividades escolares; é necessário compreender quais textos circulam, que linguagens são mobilizadas, quais experiências são reconhecidas e como os estudantes participam da produção de sentidos. Práticas orais, escritas, visuais, digitais, artísticas, científicas e comunitárias podem compor experiências de letramento, desde que sejam compreendidas em seus contextos e articuladas a objetivos formativos.

A noção de letramentos plurais não significa apenas adicionar atividades diversificadas à jornada. Implica reconhecer que os sujeitos participam de diferentes práticas sociais e que essas práticas produzem conhecimentos e sentidos. A escola pode estabelecer relações entre os saberes construídos nas comunidades, nas famílias e nos territórios e os conhecimentos sistematizados, sem abandonar sua responsabilidade de garantir o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos. O desafio curricular consiste em criar articulações que ampliem repertórios e possibilidades de participação.

Nesse sentido, a educação em tempo integral pode constituir uma oportunidade para reorganizar a experiência escolar, aproximando currículo, território, cultura e cotidiano. Projetos interdisciplinares, práticas de leitura e pesquisa, produções culturais e experiências de participação comunitária podem contribuir para uma formação mais ampla quando integram um projeto pedagógico coerente. Contudo, a presença de atividades variadas não permite, por si só, afirmar a existência de uma organização curricular orientada por letramentos plurais. É necessário

examinar seus sentidos, as condições de realização, a participação dos estudantes e as relações que estabelecem com os conhecimentos escolares.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL EM SALVADOR

A trajetória da educação em tempo integral em Salvador é marcada por diferentes iniciativas de ampliação da jornada escolar. Inicialmente a partir da experiência das escolas de referência, parcerias para oferta de atividades no contraturno, a adesão ao Programa Mais Educação e tentativas de construção coletiva de propostas para a rede municipal. Esses movimentos expressam esforços para ampliar oportunidades educativas, mas também evidenciam a necessidade de continuidade, articulação e clareza quanto às finalidades formativas da política.

No plano legal, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), o Plano Nacional de Educação instituído pela Lei nº 13.005/2014, a Base Nacional Comum Curricular e o Plano Municipal de Educação de Salvador (Lei nº 9.105/2016) compõem referências relevantes para a discussão do direito à educação e da formação integral. A existência desse conjunto normativo, entretanto, não elimina a necessidade de compreender como as orientações são interpretadas e materializadas nas instituições escolares.

A análise de políticas educacionais requer atenção tanto à formação dos discursos quanto às interpretações realizadas no contexto da prática. Na abordagem de Bowe e Ball (1992), os textos políticos não determinam de maneira automática o que acontece nas escolas: os profissionais interpretam e relacionam as orientações institucionais às condições concretas de atuação. Desse modo, a política é compreendida como processo que envolve disputas, negociações, interpretações e decisões cotidianas.

A pesquisa tem como *lócus* a Escola Municipal Carmelitana do Menino Jesus, vinculada à Gerência Regional Liberdade, na Rede Municipal de Ensino de Salvador. A escolha considera a trajetória da unidade em diferentes arranjos de ampliação do tempo escolar entre 2011 e 2025, a composição de sua equipe gestora e a reconstrução da infraestrutura física em 2023. A escola constitui, assim, um espaço pertinente para investigar como uma política educacional é apropriada e transformada pelos sujeitos em condições concretas de trabalho.

ISSN: 2358-8829

O interesse não se limita a verificar a presença formal da política na escola. Busca-se compreender as relações entre os documentos orientadores, as condições institucionais, as interpretações dos profissionais e as práticas curriculares. Essa aproximação permite examinar se a ampliação do tempo se converte em experiências educativas integradas e se os letramentos plurais aparecem como princípio organizador das práticas ou apenas como atividades pontuais.

PERCURSO METODOLÓGICO E PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES

A investigação possui abordagem qualitativa e adota a etnopesquisa como orientação epistemológica, tomando o cotidiano como espaço privilegiado para compreender relações, práticas e significados produzidos pelos sujeitos. Conforme a perspectiva apresentada no material da pesquisa, a etnopesquisa possibilita acolher a realidade empírica de sujeitos culturalmente situados, considerando as interpretações que elaboram sobre suas experiências e contextos de atuação (Macedo, 2010).

A produção de informações está situada na Rede Municipal de Ensino de Salvador, com atenção à Escola Municipal Carmelitana do Menino Jesus e aos atores sociais que participaram da implantação e da organização da política. O recorte de imersão no campo indicado no projeto corresponde ao segundo trimestre letivo de 2026. A aproximação com o cotidiano escolar permite observar como os documentos da política são interpretados, como se organizam os tempos e espaços e quais práticas são desenvolvidas na jornada ampliada.

A produção de informações articula análise documental, entrevistas semiestruturadas, observação participante e registros em diário de campo. A pesquisa teve sua execução aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNEB, conforme Parecer nº 7.619.183. Esses materiais compõem o *corpus* em análise e são colocados em relação para compreender as orientações da política, as interpretações dos participantes e as práticas construídas no cotidiano escolar.

O diário de campo constitui um instrumento importante desse processo, pois possibilita registrar situações observadas, acontecimentos cotidianos, interações, questionamentos e reflexões que emergem da presença no *lócus.* Esses registros não devem ser tomados como descrições neutras: são produzidos a partir de uma posição investigativa e precisam ser analisados em relação aos objetivos da pesquisa, ao contexto em que foram produzidos e às vozes dos sujeitos envolvidos. A escrita do diário contribui para acompanhar o percurso da investigação, explicitar questões emergentes e construir relações entre as observações e o referencial teórico.

ISSN: 2358-8829

Para a interpretação das informações, a pesquisa adota a Análise Textual Discursiva (ATD), conforme Moraes e Galiazzi (2011). Essa abordagem qualitativa busca produzir novas compreensões sobre fenômenos e discursos a partir da leitura e interpretação de um corpus. O processo analítico envolve a construção de sentidos, o reconhecimento de unidades significativas e a elaboração de interpretações que dialogam com o material empírico e com os referenciais teóricos. A análise considera os contextos de produção das falas e dos textos, as relações sociais e as influências ideológicas que atravessam os discursos.

A ATD é especialmente pertinente a esta investigação porque permite acolher a multiplicidade de sentidos presentes nos documentos, nos registros do diário de campo e nas manifestações dos atores sociais. A análise deve permanecer aberta ao que emerge do corpus, sem forçar as informações a confirmar expectativas iniciais. Nesse movimento, as interpretações podem ser revistas e aprofundadas, reconhecendo-se que o conhecimento é construído na interlocução entre pesquisador, participantes, contexto e material analisado.

No estágio atual, a pesquisa encontra-se em desenvolvimento, na fase de produção de informações no campo. Portanto, as manifestações registradas e as práticas anunciadas constituem elementos em processo de sistematização e análise. A consolidação de interpretações depende da continuidade do trabalho de campo, da organização do diário de campo e do exame articulado das informações, evitando transformar percepções iniciais em conclusões definitivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: QUESTÕES EMERGENTES DA PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES

O processo de produção de informações vem sendo marcado por manifestações que incluem manifestações críticas e questionamentos relacionados à implantação da política de Educação Integral em Tempo Integral, ao mesmo tempo que são anunciadas práticas pedagógicas que já evidenciam possibilidades de aproximação com os letramentos plurais. Essa coexistência é relevante porque revela que a materialização de uma política não ocorre de forma homogênea: envolve condições concretas, interpretações distintas, desafios institucionais e iniciativas desenvolvidas pelos sujeitos.

As manifestações críticas relacionadas à implantação precisam ser compreendidas em seus contextos, considerando quem as formula, a que situações se referem e quais

ISSN: 2358-8829

condições de implementação tornam visíveis. Não cabe, nesta etapa, generalizá-las nem tratá-las como avaliação definitiva da política. Elas constituem informações que demandam escuta, contextualização e análise, podendo contribuir para compreender tensões entre as orientações institucionais e as experiências vividas no cotidiano escolar.

De maneira concomitante, o anúncio de práticas pedagógicas que podem evidenciar letramentos plurais abre possibilidades de investigação sobre os modos como a escola articula conhecimentos, linguagens, culturas e experiências. Para compreender o alcance dessas práticas, será necessário examinar como são planejadas, quais sujeitos participam, que saberes mobilizam e como se relacionam com a organização curricular. A existência de iniciativas promissoras não elimina os problemas de implantação, assim como as dificuldades relatadas não permitem desconsiderar as experiências educativas que estejam ampliando repertórios e formas de participação.

A análise dessas dimensões requer preservar a complexidade do campo. Em vez de organizar as informações como evidências de sucesso ou fracasso, a investigação procura compreender as relações entre política, currículo e cotidiano, reconhecendo as contradições e os sentidos produzidos pelos atores sociais. A articulação entre os registros do diário de campo, os documentos orientadores e as demais informações produzidas permitirá aprofundar a compreensão sobre a maneira como os letramentos plurais são reconhecidos, negociados e incorporados às práticas.

Os registros iniciais do cotidiano escolar também indicam que essa análise precisa considerar práticas que atravessam diferentes linguagens e modos de participação. Entre elas, aparecem situações vinculadas às artes visuais, ao uso de plataforma digital, às práticas de leitura e à atuação pedagógica da gestão. Esses episódios ainda estão em processo de sistematização, mas ajudam a formular questões sobre como leitura, escrita, imagem, oralidade, recursos digitais, autoria e participação se relacionam com a organização curricular da jornada ampliada. O interesse analítico está em compreender os sentidos dessas práticas e as condições em que são realizadas, sem tomá-las previamente como expressão de letramentos plurais.

As questões emergentes reforçam, portanto, a importância de investigar a qualidade do tempo ampliado e não apenas sua duração. A questão central permanece sendo se e como a jornada ampliada se converte em experiências formativas integradas, capazes de relacionar conhecimentos escolares, práticas sociais e culturas dos estudantes. A resposta exige continuidade da produção de informações e análise cuidadosa, respeitando o caráter processual da pesquisa.

ISSN: 2358-8829

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou os fundamentos teóricos e metodológicos de uma pesquisa de doutorado em andamento sobre a materialização da política municipal de Educação Integral em Tempo Integral para o Ensino Fundamental em Salvador, buscando compreender os sentidos dos letramentos plurais na organização curricular. A discussão permitiu destacar que a ampliação do tempo escolar não assegura, por si só, a formação integral: sua efetivação depende das concepções de educação, das condições institucionais, das escolhas curriculares e das práticas desenvolvidas no cotidiano.

A pesquisa encontra-se em fase de produção de informações no campo. Nesse percurso, têm surgido denúncias e questionamentos sobre a implantação da política, simultaneamente ao anúncio de práticas pedagógicas que sugerem possibilidades de aproximação com os letramentos plurais. Essa coexistência indica a necessidade de compreender a política em sua complexidade, considerando as tensões entre as orientações institucionais, as condições de implementação e as iniciativas construídas pelos sujeitos da escola.

Entretanto, é necessário concluir a etapa de produção de informações no campo e aprofundar a análise das informações produzidas, considerando os registros do diário de campo, os documentos orientadores e as manifestações dos atores sociais envolvidos. Esse trabalho permitirá contextualizar as manifestações críticas, compreender as práticas anunciadas e examinar em que medida elas se articulam a uma organização curricular efetivamente orientada pelos letramentos plurais. A sistematização e a interpretação do conjunto das informações são indispensáveis para evitar conclusões precipitadas e construir análises fundamentadas.

Assim, as reflexões apresentadas possuem caráter parcial e não pretendem oferecer resultados definitivos. A continuidade da investigação deverá permitir compreender as contradições, os desafios e as possibilidades que atravessam a materialização da política municipal. O diário de campo e a Análise Textual Discursiva terão papel importante nesse processo, ao favorecerem a construção de interpretações ancoradas nas experiências observadas e nos sentidos produzidos pelos participantes. Ao final, espera-se contribuir para o debate sobre a relação entre educação integral, currículo e letramentos plurais, tomando a escola pública como espaço de disputa, produção de conhecimentos e ampliação do direito à formação humana.

Palavras-chave: Educação Integral. Educação em tempo integral. Currículo. Letramentos plurais. Políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

BOWE, Richard; BALL, Stephen J.; GOLD, Anne. **Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology.** London: Routledge, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 2014.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia do Oprimido***. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

Freitas, Patrícia Lúcia Vosgrau de. **Políticas de ampliação de jornada (Pajes) no Brasil: metapesquisa de teses e dissertações**. Ponta Grossa, 2023.

GIOLO, Jaime. "Educação de Tempo Integral: resgatando elementos históricos e conceituais para o debate". In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012, p. 94-105

Lei 16.640/2023. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14640.htm#:~:text=Institui%20o%20Programa%20Escola%20em,Art. Acesso 18 NOV 2025.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação** – Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

MACEDO, Roberto Sidnei. A **Etnopesquisa Implicada: pertencimento, criação de saberes e afirmação.** Brasília: Editora Liber Livro, 2012.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

SALVADOR. **Lei nº 9.105, de 2016.** Aprova o Plano Municipal de Educação de Salvador. Salvador, 2016.

STREET, B. **Eventos de letramento e práticas de letramento: teoria e prática nos novos estudos de letramento.** In: MAGALHÃES, I. (Org). Discursos e práticas de letramento: pesquisa etnográfica e formação de professores. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012

STREET, B. V. ***Letramentos sociais***: abordagens críticas do ***letramento*** no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito**. 4ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.